

# A Questão do Gás Boliviano

Jorge Calvario dos Santos<sup>1</sup>

## Sobre o Projeto

Por quase 50 anos a idéia de construção de um gasoduto ligando a Bolívia ao Brasil foi discutida sem, no entanto, ter definida e decidida sua construção. Sendo a Bolívia dependente da exportação de seu gás natural, o Brasil, como grande consumidor, surgia como sua principal opção de venda. Nesse período a Bolívia exportou gás para a Argentina. A partir dos anos 1970, com o aumento significativo das reservas de gás natural, a Argentina tornou-se auto-suficiente adquirindo condições de ficar independente do gás boliviano. Ainda que o contrato de fornecimento de gás boliviano, tenha expirado em abril de 1992, a Argentina continua importando cerca de 6 milhões de m<sup>3</sup> por dia. Essa aquisição continua através do gasoduto Brasil-Bolívia. É prevista a inversão do fluxo de gás que poderá ser utilizado para fornecimento de gás argentino ao Brasil.

O projeto Gasoduto Bolívia-Brasil vinha sendo postergado pelos governos militares há décadas. A razão para tanto era o alto risco de corte do fornecimento, o que veio a ocorrer. De 1957, quando foi nomeado representante do Exército no Conselho Nacional do Petróleo, a 1979, quando deixou a Presidência da República, o general Ernesto Geisel batalhou contra a construção do gasoduto boliviano. Seu argumento era que “E quando aqueles bolivianos fecharem a válvula, o que é que eu faço? Mando o Exército lá abrir?”<sup>2</sup>. Na década de 1980, surgiram iniciativas privadas tais como a INFRAGÁS, associação de potenciais consumidores dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Em São Paulo, foi constituída

---

<sup>1</sup> Coronel Aviador, Doutor em Ciências em Engenharia pela COPPE/UFRJ e Assessor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra

<sup>2</sup> <http://oglobo.globo.com/jornal/colunas/gaspari.asp>

a Sociedade Privada do Gás (SPG). A Infragás chegou a iniciar estudos para a importação de gás natural da Bolívia e da Argentina. O objetivo da SPG era de elaborar estudos de viabilidade para o projeto de gasoduto, de modo que pudesse garantir uma estratégia de desenvolvimento comercial que pudesse atrair recursos do setor privado.

Nessa mesma década, em atendimento às demandas por energia, foi concluída, pelo governo brasileiro, uma análise das necessidades futuras de energia do país. Os estudos que tratavam do “Reexame da Matriz Energética Nacional” recomendavam a elevação da participação do gás natural na matriz energética dos 2% em 1990, para no mínimo 4,5% em 2000 e 6% em 2010<sup>3</sup>.

Em 1991, foi criada a Comissão do Gás, com objetivo de propor diretrizes e indicar ações a serem tomadas de modo a viabilizar maior uso do gás natural. A Comissão recomendou a Secretaria Nacional de Energia que deveria, dentre outras providências “promover as ações necessárias no sentido de viabilizar, técnicas e economicamente, no menor prazo possível, a importação de gás natural da Bolívia, para o atendimento dos mercados dos Estados da Região Sudeste, da Região Sul e do Estado do Mato Grosso do Sul”<sup>4</sup>. Recomendava também, que “a Petrobrás deveria retomar os estudos para importação de gás da Argentina, visando gasoduto, e de outras fontes sob a forma de gás natural liquefeito (GNL), visando a complementação da oferta nacional”<sup>5</sup>. Aprovado pelo presidente da República, em março de 1993, apresentava meta de 12% de participação do gás natural no consumo de energia primária no Brasil em 2010.

À época, a importação de gás boliviano apresentou-se como a mais adequada opção com a possibilidade de aumentar a oferta o país. Tudo isso por já ser considerada a futura integração com os campos produtores, formando o agora conhecido “anel gasífero” da América do Sul. Entretanto, aparentemente, não houve preocupação com uma dependência do gás fornecido por outro país. Dependência de energia fornecida por outro país significa optar

---

<sup>3</sup> //ecen.com/eee10/gasp.htm, Maria de Fátima Salles Abreu Passos

<sup>4</sup> //ecen.com/eee10/gasp.htm, Maria de Fátima Salles Abreu Passos

<sup>5</sup> //ecen.com/eee10/gasp.htm, Maria de Fátima Salles Abreu Passos

por um caminho que inviabiliza o futuro do país. Não garante o desenvolvimento, o funcionamento do parque industrial, o transporte nem o bem estar dos cidadãos.

O Gasoduto Brasil-Bolívia, teve seu marco inicial com a Carta de Intenções sobre o Processo de Integração Energética entre Bolívia e Brasil, de novembro de 1991. Documento assinado entre a Petrobrás e Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). Da assinatura participaram o Ministério de Energia e Hidrocarbonetos da Bolívia, em La Paz. Pelo documento citado, as partes envolvidas expressaram a decisão de concluir um acordo para a compra e venda de gás natural boliviano para um volume inicial de 8 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com previsão de 16 milhões de m<sup>3</sup>/dia, caso a disponibilidade boliviana o permitisse. O Contrato de Compra e Venda entre Petrobrás e YPFB foi assinado em 17 de fevereiro de 1993, entrando em vigor nessa data<sup>6</sup>.

A base do projeto do gasoduto foi o contrato de compra e venda incluindo o último aditivo, no qual a YPFB se compromete a vender e a Petrobrás a comprar, na modalidade *take-or-pay*, crescentes quantidades de gás.

Comprar gás da Bolívia não foi um erro mas depender dele sim, foi um sério erro que compromete o país e pode inviabilizar o desenvolvimento e o futuro do Brasil. É uma decisão estratégica equivocada adquirir gás boliviano e ser este gás a única fonte de energia, considerando que o Brasil não possui grandes reservas.

## **Decreto de Nacionalização**

Em 01 de maio de 2006, o presidente boliviano Evo Morales assinou o decreto de número 28701, que nacionalizou o óleo e o gás bolivianos. O decreto estabelece que os campos petrolíferos deviam ser ocupados pelo exército e por funcionários da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). As ações decorrentes do Decreto, afetam profundamente as empresas estrangeiras instaladas no país. Uma delas aumenta a tributação de 50% para 82%. Além disso, a administração e comercialização foi transferida

---

<sup>6</sup> //ecen.com/eee10/gasp.htm, Maria de Fátima Salles Abreu Passos

para a YPF, que foi reativada. Segundo fontes brasileiras, ficou impossível, com 18%, atender todas as necessidades da empresa na Bolívia. O Decreto ainda determina que o Estado passa a ter 50% mais 1% das ações das refinarias<sup>7</sup>.

A maioria dos interessados na questão do gás boliviano, estão convencidos de que a decisão boliviana foi acordada em Cuba, com apoio técnico da Venezuela<sup>8</sup>. Evo Morales anunciou a nacionalização do gás no dia 1 de maio, após regressar de Cuba, onde passou o fim de semana reunido com Hugo Chávez e Fidel Castro<sup>9</sup>. A intenção boliviana de emitir o decreto de nacionalização da riquezas de seu subsolo, foi preparada com o apoio de técnicos da PDVSA. Como forma de tornar bem visível o efeito do ato, Evo Morales optou por anunciá-lo no dia do trabalho. Pessoalmente administrou a execução da medida, determinando que as forças armadas ocupassem duas refinarias da Petrobrás, em Santa Cruz e Cochabamba e 56 plantas de exploração em todo o país<sup>10</sup>. Na ocasião, usando um capacete de petroleiro, anunciou que o controle de toda a indústria do gás e do petróleo, passou para o controle do Estado boliviano. É importante destacar, como resultado prático, que os ativos brasileiros, como os de outros países, foram expropriados. Também os contratos, negociados entre Estados por mais de trinta anos, foram rasgados.

A Comissão Européia lamentou que o governo boliviano não tivesse feito consultas e discussões antes de aprovar o decreto de nacionalização, que atinge várias empresas petroleiras. O alto representante para a Política Externa da União Européia, Javier Solana, advertiu que a ausência de segurança jurídica não beneficiará o desenvolvimento político e econômico do país andino<sup>11</sup>.

Morales aparentemente confiou em ser o Brasil um cliente cativo do gás boliviano e que a estatal venezuelana, PDVSA, estaria preparada para assumir os campos de gás que, por acaso, venham a ser abandonados pelas empresas estrangeiras. Esse decreto foi resultado da campanha presidencial e colocou a Bolívia no mesmo

---

<sup>7</sup> [www.estadão.com.br/est/inc/print/print.htm](http://www.estadão.com.br/est/inc/print/print.htm)

<sup>8</sup> José Valadares para El Tiempo de 3 de maio de 2006

<sup>9</sup> Elnuevoherald.com, Andrés Oppenheimer

<sup>10</sup> Lanacion.com.exterior de 2 de maio de 2006

<sup>11</sup> EFE Nueva Mayoria de 03 de maio de 2006

rumo da Venezuela, quanto à postura política internacional e econômica.

O decreto não chegou a ser uma surpresa, pois a Análise da Conjuntura elaborada pelo Centro de Estudos Estratégicos –CEE/ESG -, em final de 2005, já alertava para a possibilidade intervenção por parte do governo da Bolívia sobre as reservas de gás e petróleo. Abaixo transcreve-se textos da referida análise da conjuntura.

“O mercado, as reservas e as alternativas de colocação que se oferecem ao gás boliviano são objeto de consideração, no sentido de concluir por uma especulação sobre diversos pontos que podem ser considerados numa estratégia de negociação entre Petrobrás e governo brasileiro, de um lado, e YPFB, governo e congresso bolivianos, de outro.

“Daí em diante, o tema do gás iria polarizar a sociedade boliviana. Convertido em um tema sensível, como já fora a questão da coca, essa criação histórica complexa esteve fortemente influenciada pelas interpelações e influência de Evo Morales, que havia conseguido intervir com grande argúcia em ambos os debates, gerando enorme impacto político. Vários analistas interpretaram a situação pós-fevereiro como um empate “catastrófico”: desde esse momento, o governo já não mantinha o poder, mas os movimentos sociais não conseguiam conquistá-lo.

“Contudo, vale destacar o episódio de setembro de 2003, quando se iniciou o ciclo da confrontação popularmente conhecida como a ‘guerra do gás’, que culminou com uma rebelião indígena e popular na metade do mês de outubro, a qual forçou tanto a renúncia do presidente Sanchez de Lozada como um novo acordo entre os atores sociais e políticos acerca dos temas mais relevantes da agenda do país, fundamentalmente, acerca do tema da exploração e venda do gás.

“Outro aspecto, que parece preocupante, diz respeito à péssima imagem que as petroleiras têm junto à opinião pública. O cidadão comum boliviano espera que o gás abundante seja uma alavanca para o desenvolvimento do país e para seu benefício individual. De certa forma, espera também que o gás contribua com recursos fiscais para o financiar o funcionamento do Estado em substituição, parcial que seja, do seu sacrifício pessoal como contribuinte.

“Em 18 de julho, por outro lado, o presidente cumpria uma das cláusulas do Acordo de Outubro: o referendo sobre a legislação de hidrocarbonetos, entendendo muito bem do que se tratava ao declarar que “após referendo, o Estado recuperou importante grau de legitimidade”. À primeira leitura, os termos da consulta popular são de muita complexidade: cinco perguntas, com notáveis implicações políticas, diplomáticas e econômicas. Isso não impediu o comparecimento de mais de 60% dos eleitores, considerado elevado, e a forte preferência pelo *sim*. Vale reproduzir as questões, indicando o percentual de *sim* que alcançaram:

1. Concorda que a atual lei de hidrocarbonetos deve ser mudada ? (86.7%)
2. Concorda que o Estado boliviano deve ter o direito aos hidrocarbonetos logo que extraídos do subsolo (*en cabeza de pozo*)? (92.2%)
3. Concorda que Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) deva ser restabelecida para controlar a produção de hidrocarbonetos? (87.2%)
4. Concorda que o gás boliviano deva ser utilizado para retomar o acesso útil ou soberano ao Pacífico ? (55%)
5. Concorda que o gás boliviano deva ser exportado e que as multinacionais devam pagar 50% dos lucros esperados pelos direitos de explorar o gás boliviano e que o governo deva investir esses recursos em saúde, educação e infra-estrutura (62%)

“As implicações do resultado para o processo legislativo que ora se desenrola no Congresso Nacional, especialmente na poderosa Comissão de Desenvolvimento Econômico, de composição bicameral, são analisadas no Panorama Econômico e Energético, aqui valendo observar os percentuais expressivos em favor da mudança legislativa, do domínio estatal sobre o gás e o petróleo e do restabelecimento da YPFB.

“Não há como a Bolívia deixar de levar à frente a revisão das leis que regulam o negócio gás e petróleo. Se não o fizer, ou se aceitar condições que protejam os interesses das empresas

estrangeiras e que sejam inaceitáveis pelos movimentos populares, perderá o controle da situação. Se aceitar uma revisão que seja inaceitável pelas empresas, terá uma conturbada disputa de resultados impensáveis. Por exemplo, a depender da ação das empresas, poderá a população ser mobilizada e hostilizá-las em níveis incontroláveis.

“Por outro lado, tal é a importância e o vulto das ações da Petrobrás na Bolívia que seguramente, sob a ótica local, confundem-se interesses de Estado e da empresa. As reservas de gás em poder da Petrobrás são estrategicamente importantes para o Brasil, bem como são imensos os investimentos já realizados. Os contratos de compra de gás pela Petrobrás, por vinte anos, representam bilhões de dólares. Se denunciados, haverá ruptura nas relações bilaterais. Se não denunciar causará prejuízos de grande monta aos acionistas, a prevalecerem as idéias em curso na revisão das leis petrolíferas. Assim, não há solução fora de um grande acordo envolvendo governo da Bolívia, YPFB, Petrobrás e governo do Brasil.

“Alguns setores (cocaleros, movimentos indígenas, produtores rurais, etc.) estão organizados, inclusive, para tomar iniciativas duras em defesa de bandeiras tais como:

- a da “nacionalização” do petróleo e do gás na boca do poço  $\frac{3}{4}$  isto é, propriedade estatal não apenas dos hidrocarbonetos no subsolo, mas também quando extraídos para serem tratados, fracionados em derivados e comercializados;
- a da taxaçoão com pesados “royalties” e impostos (que chegariam à carga tributária de 50% sobre óleo e gás);
- a da recriação de uma empresa estatal para atuar no setor de hidrocarbonetos combustíveis, bem como para auxiliar o governo no exercício de sua política externa.

“Tais questões foram objeto de plebiscito  $\frac{3}{4}$  que os bolivianos chamam de referendo consultivo  $\frac{3}{4}$  promovido pelo governo Mesa

em julho de 2004.

“Nesse quadro de instabilidades reais, possíveis e de cenário fortemente instável, cresce de importância o papel das Forças Armadas. Possivelmente, deverão tomar uma atitude considerada nacionalista, em defesa do patrimônio natural: óleo e gás. Entretanto, influências político-ideológica podem afetar esta postura das Forças Armadas. Tal como no passado, a posição das Forças Armadas pode ser influenciada por interesses externos”.

Como dito anteriormente, foi marcante o fato de, simultaneamente ao anúncio do decreto de nacionalização assinado por Evo Morales, as forças armadas bolivianas tomaram o controle dos campos de óleo e gás. Instalações da Petrobrás foram cercadas sem, no entanto, terem ocupadas suas instalações. As duas bacias exploradas pela Petrobrás em Santa Cruz e Cochabamba geram 70% do gás boliviano. A utilização das forças armadas teve um significativo aspecto simbólico, no sentido de assinalar que Morales pretende negociar e prevenir qualquer atitude de suspensão das operações de produção de óleo e de gás.

O ex-candidato a presidência, Samuel Doria Medina, acredita que a nacionalização “é uma medida midiática e fruto das necessidades da campanha com vistas à Assembléia Constituinte do próximo dia 2 de julho”<sup>12</sup>, em que o governo de Evo Morales terá decidido o futuro de seu governo.

Apesar do presidente Lula, ter aconselhado Evo Morales a não romper com os mercados financeiros, com o capital externo e manter diálogo com os Estados Unidos, Morales optou por acompanhar as idéias do presidente Venezuelano Hugo de Chávez, de construir sua hegemonia bolivariana, na América do Sul<sup>13</sup>.

Ao assinar o decreto de nacionalização Morales optou por fazê-lo no momento em que Hugo Chávez rompeu relações com a Comunidade Andina de Nações (CAN), e interferiu nas difíceis relações no MERCOSUL, entre outras atitudes desagregadoras para a região.

Joaquín Roy, acadêmico e analista, do Centro da Unión Europea da Universidade de Miami, assim se manifestou: “O problema é que isto ocorre durante um novo ciclo de desdém dos

---

<sup>12</sup> Eltiempo.com de 3 de maio de 2006

<sup>13</sup> Eltiempo.com de 3 de maio de 2006



Estados Unidos para a América do Sul. Enquanto Washington tem como prioridade o Oriente Médio e sua obsessão com o terrorismo, os países da região ficaram entregues a sua sorte”. Explica que a sorte da região é jogada entre a pretendida liderança do Brasil e a influência cada vez mais notória de Hugo Chávez. Para Theresa Paiz, da agência de Fitch, a influência de Chávez “parece estar crescendo” a medida em que os preços do petróleo sobem<sup>14</sup>.

Existem fortes suspeitas de que Hugo Chávez e Fidel Castro possam estar assessorando Evo Morales, assim como Fidel tem assessorado Chávez, inclusive com envio de centenas de cubanos para a Venezuela. Com o apoio à Bolívia, Hugo Chávez ocupa espaço na América do Sul e aumenta sua influência. O presidente Venezuelano busca ampliar sua influência sobre a Nicarágua, Bolívia, Equador e Peru como forma de disputar poder com o México, Chile e Brasil, disse Jorge Quiroga, ex-presidente boliviano e atualmente na oposição<sup>15</sup>.

O populismo com o exacerbado discurso nacionalista de Hugo Chávez, é parte do arsenal utilizado e que vem construindo a desintegração regional. Sobre o populismo de Evo Morales, Rubens Barbosa, presidente do Conselho Internacional da Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – afirmou: “Não há dúvida de que esse populismo nacionalista da Bolívia está inspirado e sendo auxiliado pelo presidente da Venezuela”. Quanto a solidariedade do presidente Lula com a Bolívia, Barbosa considerou uma ironia que o Brasil convidaria tanto a Argentina como a Venezuela e a Bolívia para integrarem-se plenamente no Mercosul. “Há uma divergência entre a atitude ideológica de apoio e solidariedade à Bolívia (por parte do Brasil) e as ações que a Bolívia está tomando em relação ao Brasil, a Lula e a Petrobrás, concluiu na rádio CBN<sup>16</sup>.

Rubens Barbosa<sup>17</sup>, afirmou que “um novo eixo de poder parece estar em acelerada gestação. A lógica da integração sul-americana sempre foi, do ponto de vista do Brasil, o eixo Brasília-Buenos-Aires. Hoje consolida-se o eixo Caracas-Buenos-Aires, como, implicitamente, o Brasil reconheceu ao convocar a reunião de Puerto Iguazu para discutir

---

<sup>14</sup> Eltiempo.com de 3 de maio de 2006

<sup>15</sup> Veja, 10 de maio de 2006

<sup>16</sup> AFP Nueva Mayoria de 03 de maio de 2006

<sup>17</sup> Rubens Barbosa, em O Globo, de 9 de maio de 2006

a integração energética, em especial a questão da nacionalização dos ativos da Petrobrás, com a participação de Chávez, convidado pelo Brasil, sem ser parte diretamente interessada”<sup>18</sup>.

O principal resultado da reunião de Puerto Iguazú, realizada em 4 maio de 2006, foi o recuo do governo brasileiro frente a decisão boliviana de nacionalizar seu gás e petróleo. Antes da reunião Evo Morales classificou de “chantagem” a atitude da Petrobrás. “Podem fazer chantagem, mas não é possível que [os brasileiros], com nossos recursos, tenham uma grande empresa [a Petrobrás], e deixem mal a economia do nosso país”, assim se manifestou o presidente boliviano<sup>19</sup>.

O presidente brasileiro foi ambíguo quanto à possibilidade de novos investimentos, por parte da Petrobrás, o que contrastou com a postura firme de Gabrielli. Ao ser questionado se o Brasil desenvolveria novos projetos na Bolívia, o presidente Lula disse que as declarações anteriores de membros do governo brasileiro eram pouco válidas frente aos resultados do encontro presidencial de Puerto Iguazú. Em outra oportunidade Lula afirmou que a Petrobrás é uma empresa com autonomia para decidir e vai investir onde tiver retorno econômico, seja na Bolívia, seja em outros países<sup>20</sup>. De modo a ratificar seu discurso, Lula defendeu a necessidade de manter a união da América do sul. Afirmou que “Reconhecemos o direito da Bolívia sobre suas riquezas e os problemas encontrados por Evo Morales desde o primeiro dia” [...] “Temos que passar uma noção de unidade da América do Sul. Os quatro presidentes que estão aqui não fariam nenhum gesto para dificultar essa integração”<sup>21</sup>.

A situação se agrava quando a comitiva que negocia com a Bolívia para conversações sobre a questão, faz escala na Venezuela. Sobre isso o Ministro Silas Rondeau nega qualquer relação. Após reunião privada com o ministro venezuelano de Minas e Energia, afirmou o Ministro Rondeau: “Viemos a Venezuela para tratar dos nossos temas com os Venezuelanos. Sobre Bolívia, trataremos diretamente com eles. Não será com a Venezuela nem com a imprensa”<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> Rubens Barbosa, em O Globo, de 9 de maio de 2006

<sup>19</sup> //portalexame.abril.uol.com.br/economia/m0081924.html

<sup>20</sup> //portalexame.abril.uol.com.br/economia/m0081924.html

<sup>21</sup> //portalexame.abril.uol.com.br/economia/m0081924.html

<sup>22</sup> Da BBC, em Londres em 10 de maio de 2006.

A reunião ocorrida em 10 de maio de 2006, entre o ministro brasileiro Silas Rondeau e o boliviano Andrés Loliz Rada não produziu qualquer avanço na questão em litígio. Antes do encontro, Soliz Rada descartou a negociação com a Petrobrás e disse que o acordo deve ser obtido tratando preferencialmente com o governo brasileiro. “O tema da negociação deve ser, de preferência, realizado com o governo brasileiro [...] Acreditamos que a relação, a negociação será muito mais frutífera entre um governo e outro”<sup>23</sup>. Soliz Rada deixou claro que posteriormente “os governos instruirão a suas respectivas companhias petrolíferas sobre o curso da negociação para que esta não seja de caráter estritamente empresarial”. São os governos boliviano e brasileiro, e não as empresas petrolíferas, quem definirão o rumo das negociações sobre o fornecimento e os preços do gás depois da “irreversível” nacionalização dos hidrocarbonetos decretada no país andino”<sup>24</sup>.

Esta é uma das primeiras afrontas que o Brasil sofre. Não há ainda qualquer preparação para gerir esse tipo de dificuldade. Em seu artigo, Rubens Barbosa ainda se manifesta afirmando que “Em acontecimento recentes, o governo brasileiro foi tímido na defesa dos interesses da Petrobrás, na Bolívia, hesitante como país líder do Mercosul e se mostra paralisado diante da desenvoltura da movimentação de Hugo Chávez, que há pouco promoveu reunião em Assunção com Paraguai e Uruguai para ouvir queixas contra o Brasil e Mercosul, levando a tiracolo o chanceler de Cuba”<sup>25</sup>.

## **Gás como Instrumento de Poder**

A nacionalização do petróleo e gás, principal promessa de campanha de Evo Morales, foi realizada. A segunda reserva de gás da América do Sul toma dimensão estratégica para a Bolívia e assume o papel de principal instrumento político de poder do novo governo.

Evo Morales, em discurso para de milhares de pessoas, situadas frente ao Palácio do Governo, anunciando as nacionalizações de

---

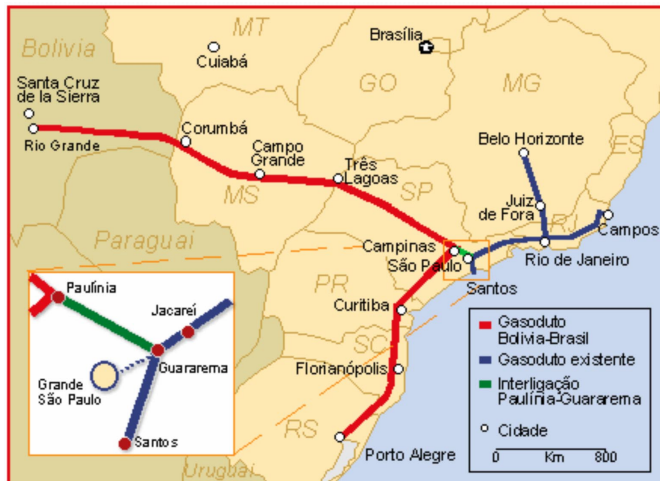
<sup>23</sup> Vivicius Albuquerque, DA Folha Online, de 11 de maio de 2002

<sup>24</sup> Reuters, La Paz, por Carlos Alberto Quiroga, em 10 de maio de 2006

<sup>25</sup> Rubens Barbosa, em O Globo, de 9 de maio de 2006

recursos naturais, disse que “Esta unidade e presença voluntária e espontânea dos senhores nos encoraja bastante. Isso significa, companheiros, que, sim, estamos começando a nacionalizar os hidrocarbonetos. Amanhã será a mineração, os recursos florestais. Serão todos os recursos naturais”<sup>26</sup>. País mais pobre da América do Sul onde a miséria atinge cerca de 70% da população nacionaliza pela terceira vez seus hidrocarbonetos. Possuidora de reservas de gás da ordem de 48,7 trilhões de pés cúbicos, tendo a frente apenas as da Venezuela com cerca de 150 milhões de pés cúbicos de reservas. Morales disse ainda que “A hora chegou, o dia esperado, um dia histórico no qual a Bolívia, retoma absoluto controle sobre nossos recursos naturais”. Afirmou ainda que com essas medidas os problemas econômicos serão resolvidos pois serão gerados mais postos de trabalho<sup>27</sup>.

Talvez o presidente Morales não tenha sido alertado que para tanto teria que ter um universo de técnicos capacitados para as atividades necessárias à exploração de gás. Pode, entretanto, contar com o apoio de técnicos da PDVSA, que possivelmente já estariam no país preparando Morales para a nacionalização e para ocupar o lugar dos técnicos estrangeiros dentre eles os brasileiros.



Gasoduto Brasil-Bolívia

<sup>26</sup> [www.estadao.com.br/ext/inc/print/print.htm](http://www.estadao.com.br/ext/inc/print/print.htm)

<sup>27</sup> [//port.pravda.ru/print/mundo/10900-bolivia-0](http://port.pravda.ru/print/mundo/10900-bolivia-0)

O tema nacionalização tomou caráter regional assim que os presidentes do Brasil, Argentina, Bolívia e Venezuela realizaram encontro em Puerto Iguazú para analisar o impacto da medida boliviana. Antecedendo a reunião, Hugo Chávez foi à La Paz para dar seu respaldo à nacionalização decretada por Evo Morales. “Apoiamos a Bolívia que aponta na mesma direção que seguimos quando também recuperamos nossos recursos num processo longo e difícil, que nos custou um golpe de Estado”, disse Chávez. Continuou dizendo que não veio para aconselhar, mas para felicitar<sup>28</sup>. Hugo Chávez falou, também, sobre a intenção de consolidar o projetado anel energético sul-americano e afirmou que “sem a Bolívia o gasoduto não teria sentido”. “Nós convidamos a Bolívia para que se incorpore plenamente ao trabalho de preparação, de planejamento e de projeção do gasoduto do sul”, assinalou<sup>29</sup>.

No período colonial, a Bolívia viu suas riquezas serem levadas para a coroa Espanhola. A prata, transformou Potosi na maior e mais rica cidade das Américas, entre os séculos XVI e XVI. Tudo isso a um alto preço em sofrimento e vidas humanas.

Foi também objeto de cobiça por parte de seus vizinhos, Na Guerra do Pacífico, entre 1879 e 1881, perdeu para o Chile a província de Atacama, riquíssima em nitrato (salitre) e o porto de Antofagasta, sua única saída para o mar. Em 1903, vendeu o atual território do acre para o Brasil. Na Guerra do Chaco, de 1932 a 1935, perdeu para o Paraguai mais uma parte de seu território, onde parece existir significativas reserva de petróleo. Em cerca de 60 anos a Bolívia perdeu metade de seu território.

Usando o argumento de que a exploração do gás, por empresas estrangeiras, tem o mesmo aspecto da exploração da prata de Potosi, o governo de Evo Morales, tem conseguido unir a vontade da população contra as empresas estrangeiras. Tem também sido utilizado como instrumento de resgate da auto-estima nacional, carente pela perda das guerras do Pacífico e do Chaco, com conseqüente perda de parte significativa de seu território.

Em 2005, a lei dos hidrocarburos impôs, por parte do Estado boliviano, aumento de 50% ao preço do gás. Isso não satisfaz aos

---

<sup>28</sup> AFP/Nova Mayoria de 4 de maio de 2006

<sup>29</sup> AFP/Nova Mayoria de 4 de maio de 2006

defensores da nacionalização, ainda que as companhias estrangeiras tivessem suspenso os investimentos. “Nós não vamos confiscar os bens das companhias estrangeiras, tranquilizou Evo Morales, mas exercer o direito de propriedade sob o sub-solo e na superfície”<sup>30</sup>. Um problema não foi considerado: como as empresas, que possuem dentre seus bens as reservas de gás, poderão evitar problemas no mercado e na bolsa de valores? A lei estipula que os 76 contratos assinados pelas companhias estrangeiras devem renegociar seus negócios num prazo de até 180 dias. Tudo cria grande incerteza quanto à possíveis futuros investimentos.

Segundo Vinicius Albuquerque, Evo Morales, disse em 11 de maio de 2006 que a Petrobrás operava de modo “ilegal” e “inconstitucional” na Bolívia. “Dos 70 contratos, nenhum foi ratificado pelo Congresso e, portanto, são inconstitucionais”, disse Morales, tendo acrescentado que os contratos foram também negociados secretamente<sup>31</sup>. Morales ainda afirmou que “Não há nenhum motivo para que pensemos em compensação” [...] “Se tivéssemos expropriado bens ou tecnologia teríamos de providenciar compensação, mas neste caso não estamos expropriando”<sup>32</sup>.

Soliz Rada, perante jornalistas, afirmou que “Sei que o pagamento das indenizações é uma coisa que preocupa o Chanceler (Celso) Amorim. Mas no momento das privatizações não se considerou o que já tínhamos nas refinarias”<sup>33</sup>. Ao ser questionado se teria preocupações caso a Petrobrás viesse a se retirar do país, Soliz Rada responde que “Não. A Petrobrás é que deve estar com medo de ter que sair daqui”<sup>34</sup>. Na oportunidade, o ministro afirmou que a idéia que tanto preocupou o governo brasileiro, de utilizar as forças armadas nas refinarias nacionalizadas, foi incluir os militares, no projeto de nacionalização, pois as nacionalizações anteriormente ocorridas, estavam vinculadas a um golpe de estado. Disse que “Convocamos as forças armadas para que não houvesse nenhum

---

<sup>30</sup> LE MONDE, 25 de janeiro de 2006

<sup>31</sup> Vinicius Albuquerque da Folha Online, 11 de maio de 2006

<sup>32</sup> Vinicius Albuquerque da Folha Online, 11 de maio de 2006

<sup>33</sup> BBCBrasil, 10 de maio de 2006

<sup>34</sup> BBCBrasil, 10 de maio de 2006

tipo de sabotagem. Representa um fator de garantia de que a Bolívia está decidida a cumprir seus compromissos<sup>35</sup>. Apenas não foi muito explícito para dizer que não confiava na Petrobrás ainda que seus trabalhadores tenham nacionalidade boliviana.

## **Possibilidades Brasileiras**

O ex-chanceler Celso Lafer, em entrevista a Andrés Oppenheimer, disse que não havia visto, em muitas décadas, uma consternação geral por um tema de política externa como a atual. Complementou que o tema vai mais além do que dinheiro. Afirmou ainda que “Quando tens Morales ocupando instalações da Petrobrás na Bolívia, com os militares, designando de imediato um novo conselho de diretores da Petrobrás, e acusando a Petrobrás de atuar ilegalmente, está ferindo o orgulho nacional do Brasil. Petrobrás é parte da cultura nacional do Brasil<sup>36</sup>.”

Inicia-se uma complexa negociação dificultada pelos muitos fatores intervenientes. Dentre as principais empresas instaladas na Bolívia, três são as que dominam o mercado boliviano: Petrobrás, Repsol YFP, e Total. Suas necessidades, de modo geral, são divergentes, o que lhes possibilita evitar concorrência e exploração de mesmos poços. Inicialmente, as empresas estrangeiras se recusam a negociar, tal como definido por Morales, de Estado para Estado.

O ministro de Hidrocarburos, Andrés Soliz Rada, declarou o verdadeiro sentido do endurecimento boliviano ao afirmar que “O Brasil necessita do gás boliviano para que a indústria de São Paulo não colapse<sup>37</sup>”. Soliz mostrou a face chavista do processo político boliviano quando afirmou que tal como o presidente Chávez está sentado sobre grandes reservas de petróleo, a Bolívia possui a segunda reserva de gás da América Latina e busca fazê-la valer. Entretanto, face à necessidade de construir fontes que propiciem recursos financeiros, o governo de Evo Morales, dificilmente poderá evitar de aquiescer com alguma pretensão das empresas estran-

---

<sup>35</sup> BBCBrasil, 10 de maio de 2006

<sup>36</sup> Elnuevoherald.com, 14 de maio de 2006

<sup>37</sup> Eltiempo.com de 3 de maio de 2006

geiras. Para Tiago Ortiz, a Bolívia poderá vir a oferecer pagamento de até 50% do valor de produção. Esta é a margem que a Petrobrás e a Repso YPF, dentre outras investidoras, querem como piso de negociação<sup>38</sup>.

A Petrobrás anunciou que reduzirá seus investimentos na Bolívia alegando que a lei de hidrocarburos, a obriga a adequar seus contratos às novas regras, que incluem maiores tributos por parte da empresa, modificando, portanto, os contratos consagrados. Em termos reais, a petrolífera brasileira pretende sair da licitação destinada a ampliar em 15 milhões de metros cúbicos diários a capacidade de suprimento de gás do gasoduto Brasil-Bolívia, afirmou Sérgio Gabrielli<sup>39</sup>. Entretanto, a Ministra Dilma Rousseff afirmou que não é interesse da Petrobrás, maior empresa do país, retirar-se da Bolívia, onde tem investimentos da ordem de 1,5 bilhões de dólares, ao que se acrescentam 2 milhões de dólares em investimentos com o gasoduto que liga ao Brasil, e com contratos válidos por mais vinte anos. Lembrou, ainda, que a empresa possui três projetos, em estudo, que requerem investimentos da ordem de 2 bilhões de dólares no país<sup>40</sup>.

Através da Gaspetro, a Petrobrás assumiu 84% dos investimentos na transportadora do gás do lado boliviano, GTB, para deter apenas 9% de participação acionária naquela transportadora<sup>41</sup>. Cabe ressaltar que através da Gaspetro, foram assinados contratos de compra de até 30 milhões de metros cúbicos de gás, por dia. Entretanto, a Bolívia só tinha reservas descobertas que garantiam 16 milhões de metros cúbicos por dia<sup>42</sup>.

A estrutura societária e a operação do gasoduto foram construídas por duas companhias: a Gás Transboliviano S.A. – TGB, para o lado boliviano e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A – TGB, para o lado brasileiro. AS participações acionárias da duas empresas são apresentadas abaixo:

---

<sup>38</sup> [Ultimosegundo.ig.com.br/materias/economia/2358501-2359000/2358671/2358671\\_1.xml](http://ultimosegundo.ig.com.br/materias/economia/2358501-2359000/2358671/2358671_1.xml)

<sup>39</sup> [//portalexame.abril.uol.com.br/economia/m0081924.html](http://portalexame.abril.uol.com.br/economia/m0081924.html)

<sup>40</sup> [www.lanacion.clm.ar](http://www.lanacion.clm.ar) quinta-feira, em 19 de maio de 2005

<sup>41</sup> [eppg-iuperj\Bolivia\opiniões por aí gás boliviano.htm](http://eppg-iuperj/Bolivia/opiniões%20por%20aí%20gás%20boliviano.htm)

<sup>42</sup> [eppg-iuperj\Bolivia\opiniões por aí gás boliviano.htm](http://eppg-iuperj/Bolivia/opiniões%20por%20aí%20gás%20boliviano.htm)



TGB		GBT	
Sócios	%	Sócios	%
Gaspetro – Petrobrás Gás S/A	51	Gaspetro – Petrobrás Gás S/A	9
BBPP Holdings Ltda	29	BBPP Holdings Ltda	6
Enron	7	Enron	30
Shell	7	Shell	30
Fundos de Pensão Bolivianos	6	Fundos de Pensão Bolivianos	25

Fonte: TGB <http://ecen.com/eee10/gasgp.htm>

José Sergio Gabrielli, presidente da Petrobrás, assinalou que a “não é segredo que o governo brasileiro deixou clara sua oposição à lei em várias ocasiões. Essa lei desagradou a todas as empresas, que podem querer sair desse país, porém também compromete as relações políticas entre a Bolívia e o Brasil”<sup>43</sup>. A nova lei aproxima a Bolívia dos países da Opep, porquanto sua economia depende essencialmente da exploração gás existente em seu território.

O modelo estatizado traduz preocupação aos investidores. Cresce a preocupação devido a incerteza com relação aos ativos das empresas. A preocupação cresce à medida que se consolida a perda do capital investido. A posição brasileira não é, como parece, muito preocupante. A Petrobrás é a maior empresa na Bolívia. A Bolívia depende da receita proveniente da exportação de gás. Se a Petrobrás reduzir, drasticamente, sua importação, a fonte de recursos financeiros do governo sofrerá forte queda, e a economia boliviana correrá forte risco de entrar em colapso. Isso porque o

<sup>43</sup> [www.lanacion.clm.ar](http://www.lanacion.clm.ar) quinta-feira, em 19 de maio de 2005.

gás exportado para o Brasil, não pode ser comercializado para a Argentina, que tem suas próprias reservas, ou para o Chile, por princípios nacionais Bolivianos, o que possibilitará ao Brasil condições mais favoráveis para negociação e manutenção de seu ativo patrimonial.

Uma possível redução da dependência do gás boliviano, fortalecerá qualquer negociação em benefício dos interesses brasileiros. Uma possível independência brasileira do gás boliviano acarretará para a Bolívia a necessidade de encontrar novos mercados para o gás. Entretanto, gás é um tipo de produto que possui características peculiares. Um contrato de comercialização de petróleo e gás é para longo prazo. Não é possível oferecer gás como um produto disponível, em prateleira, onde a melhor oferta no momento define a aquisição. Não tendo a Bolívia, saída para o mar, a exportação do gás, para países que estejam localizados fora da América do Sul, ficaria difícil o que poderia levar Morales a rever toda sua estratégia de nacionalização.

Como a Bolívia não possui indústria e sua fonte de recursos depende, essencialmente do comércio de seus recursos naturais, Morales poderá ser obrigado a rever sua decisão. A Bolívia depende totalmente dos recursos provenientes dos investimentos oriundos das empresas estrangeiras que exploram seus recursos naturais. Caso essas empresas tenham seus negócios inviabilizados a Bolívia corre sério risco de ter inviabilizada suas pretensões e o presidente poderá atingir seu próprio governo, bem como os interesses da população boliviana, perdendo assim a maior fonte de recursos financeiros existente.

A redução de investimentos por parte da Petrobrás afetará a ampliação do gasoduto para mais 15 milhões de metros cúbicos/dia além de atingir mais de 5 bilhões de dólares previstos para projetos em parceria com outras empresas de energia.

O presidente da Petrobrás, Sérgio Gabrielli disse que se preciso for, a empresa recorrerá à arbitragem internacional da corte de Nova York, como também a tribunais da Holanda para a defesa dos interesses na Bolívia<sup>44</sup>, por amparo firmado em contrato entre as partes envolvidas.

---

<sup>44</sup> Jornal do Brasil de 4 de maio de 2006

Gabrielli justificou suas declarações devido ao porte dos investimentos da Petrobrás na Bolívia, que ocorrem por meio da Petrobrás Netherlands, subsidiária “offshore” da empresa. Holanda e Bolívia assinaram o Tratado de Proteção a Investimentos que regula as relações comerciais entre os dois países. Por isso, a Petrobrás poderá recorrer ao acordo para resguardar seus interesses<sup>45</sup>.

Há que ser considerada, ainda, a facilidade posta à disposição da Bolívia de uso do porto de Paranaguá. Através do porto brasileiro a Bolívia pode viabilizar seu comércio exterior, sem qualquer dificuldade quanto ao uso das instalações portuárias. Qualquer restrição ao uso do porto poderia trazer à Bolívia fortes preocupações.

As recentes descobertas de gás em Urucu, na bacia de Santos, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo são possibilidades que permitem que a Petrobrás tenha novas opções e condições para reduzir o fornecimento de gás boliviano. O volume de gás utilizado para veículos automotores, da ordem de cerca de 30% do gás importado, se substituído, forçaria uma redução de 30% na compra do gás boliviano. Isso certamente iria acarretar significativos prejuízos a balança comercial bem como ao orçamento boliviano.

Uma opção estratégica para não perder o passo do desenvolvimento nem parar a indústria seria resgatar a antiga proposta de combustível de biomassa bem como a hidroeletricidade, setor onde o Brasil tem vocação.

Como conseqüência da carência de transporte aquaviário e ferroviário, predomina o transporte rodoviário que responde por cerca de 37% do total gasto com combustível. Uma opção, por excelente oferta seria o uso extenso e intenso do biodiesel. Seus índices de poluição são aceitáveis. Em 2003 e 2005, houve investimentos na ordem de 600 milhões de reais privilegiando a construção de 34 usinas. Destas, 5 estão operando. “Houve uma produção de 736 milhões de litros de biodiesel em 2005, representando ganhos à balança comercial da ordem de 160 milhões de dólares”, afirmou o ministro em exercício o Ministério de

---

<sup>45</sup> Jornal do Brasil de 4 de maio de 2006

Minas e Energia, Nelson Hubner Moreira<sup>46</sup>. “Os outros países que estão investindo neste ramo produzem biodiesel apreços bem maiores e possuem problemas na alocação de terras para cultivo. Poratnto, nós temos uma vantagem estratégica a ser explorada”<sup>47</sup>, afirmou ainda Ministro.

O biodiesel poderia ser uma opção estratégica para suprir a indústria como opção ao gás boliviano. As indústrias poderiam ter suas necessidades de energia, de fonte renovável, a baixo custo, sem dependência externa. Essa mesmas indústrias poderiam vir a financiar o projeto que seria dedicado ao atendimento de suas necessidades. O exemplo da siderúrgica Acesita é um modelo a ser pensado quanto ao uso de energia renovável. Essa seria uma opção estratégica que traria autonomia e custo aceitável gerando emprego na área de produção agrícola.

## **Cenário Prospectivo**

A atitude de Morales obedece ao padrão de antigos governantes sul-americanos em que a nacionalização é símbolo do populismo. O historiador peruano, Álvaro Vargas Llosa, disse a Veja que “Infelizmente, as pessoas rapidamente esquecem que todas as estatizações fracassaram de modo catastrófico”<sup>48</sup>. Esta é a terceira que ocorre na Bolívia. As ocorridas em 1937 e 1969, não contribuíram para melhorar o nível de vida dos bolivianos.

Há apenas uma forma de criar e acumular riqueza. Apenas através da produção, com forte suporte na educação e com uma estrutura científica e tecnológica de elevada qualidade. Não há maior erro na administração de um país do que conduzir sua economia para construir riqueza apoiando-se num padrão de desenvolvimento monoprodutor. O fracasso de Evo Morales é certo.

A Bolívia posiciona-se em defesa de seus interesses em relação aos países sul-americanos. Como possui apenas recursos naturais para obter receita que seriam fundamentais para seu desenvolvimento, acredita que com a nacionalização, no formato

---

<sup>46</sup> Jornal do Brasil, Especial de 21 de maio de 2006

<sup>47</sup> Jornal do Brasil, Especial de 21 de maio de 2006

<sup>48</sup> Veja de 10 de maio de 2006

como foi realizada, poderá alcançar seus objetivos. Não possuindo os requisitos fundamentais ao desenvolvimento, tais como população educada, parque industrial, área geográfica adequada à produção agrícola, significativo número de indivíduos de alta qualificação acadêmica, científica e tecnológica, elevada e atualizada produção científica e tecnológica, não irá se desenvolver, ainda que possua recursos financeiros.

A Bolívia parece esquecer-se de que o Brasil - a Petrobrás – contribui com cerca de 24% da arrecadação de impostos, com cerca de 20% do PIB e detém 25% dos postos de gasolina no país. Qualquer redução na aquisição de gás boliviano obrigaria a Bolívia a reduzir sua receita. Uma possível importação de gás da América Central ou de outra região (Trinidad-Tobago, Nigéria, Indonésia, etc.), além de viabilizar o uso do gás da bacia de Santos, no Espírito Santo e em Urucu, no Amazonas dentre outras opções, viria a ser desastroso para a Bolívia pois perderia um excelente mercado, como o do Brasil. Isso talvez viesse a atender aos objetivos de Hugo Chávez de vir a controlar as reservas bolivianas e assim aumentar seu poder e influência na região. Também é importante considerar o gás do Peru, tal como o México, que mostrou interesse em importá-lo em detrimento do similar boliviano.

O gás boliviano representa cerca de 7% da matriz energética brasileira ainda que tenha sua utilização concentrada nos Estados do Sul do país. Maurício Tolmaskim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia afirmou que “Eles possuem menos opções do que nós; se subirem o preço, nenhum consumidor achará viável pagar. Para quem mais eles irão vender?”. “Cerca de 27 dos 40 milhões de metros cúbicos de gás gerados na Bolívia são vendidos para o mercado brasileiro, uma fatia da qual eles não podem prescindir, destacou Tolmaskim. “Nessa disputa, a situação da Bolívia é de fraqueza, e a do Brasil uma de força. Fazer bravatas e adotar posturas agressivas em resposta seria demagogia” afirma Tolmaskim<sup>49</sup>.

Iniciam-se negociações com o Chile para que a Bolívia recupere sua saída para o mar, perdida na Guerra do Pacífico. Os

---

<sup>49</sup> Em Jornal do Brasil, Especial, de 21 de maio de 2006. O espectro de La Paz

Estados Unidos possuem muito interesse no gás boliviano, cuja exportação não pode ser feita através do Chile. Com o eventual sucesso da recuperação de território que permita à Bolívia voltar a ter uma saída para o Pacífico, os Estados Unidos poderão vir a ser o melhor mercado para o gás e suas empresas passariam a dominar a exploração das reservas de gás bolivianas. Assim, os países sul-americanos ficariam sem ou com acesso parcial e restrito ao gás da Bolívia.